

# Revista Brasileira de Direitos Humanos

---

Ano XIII – Nº 51

Out-Dez 2024

---

Classificação Qualis/Capes: B1

## Editor

Fábio Paixão

## Coordenadores

Carolina Alves de Souza Lima – César Barros Leal – Wagner Balera

## Conselho Editorial

Alessandra Silveira (Portugal) – Ana Lucia Sabadell

Antônio Augusto Cançado Trindade (*in memoriam*) – Celso Antonio Pacheco Fiorillo  
Claudio Brandão – Clèmerson Merlin Clève – Daniel Antônio de Moraes Sarmento  
Eduardo Dias de Souza Ferreira – Fábio Bezerra dos Santos – Fábio Zambitte Ibrahim  
Fides Angélica de Castro V. M. Ommati – Flávia Cristina Piovesan  
Georgenor de Sousa Franco Filho – Gilberto Marcos Antonio Rodrigues  
Gustavo Filipe Barbosa Garcia – Lília Maia de Morais Sales – Luciano Martinez  
Lucineia Rosa dos Santos Luiz Alberto David Araujo – Luiz Antonio Rizzatto Nunes  
Marília Cerqueira Lima Martim de Almeida Sampaio – Paulo Ferreira da Cunha (Portugal)  
Paulo Lopo Saraiva – Pietro de Jesús Lora Alarcón – Renato Zerbini Ribeiro Leão  
Ricardo Hasson Sayeg – Rodrigo Murad do Prado – Sérgio Urquhart de Cademartori  
Sidney Guerra – Sylvia Helena de Figueiredo Steiner – Theodoro Vicente Agostinho  
Vladmir Oliveira da Silveira – Wagner Silveira Feloniuk – Willis Santiago Guerra Filho

## Colaboradores deste Volume

Alisson Alves Pinto – Carlos Henrique Bezerra Leite  
Diogo Ramos Cerbelera Neto – Eduardo Cambi – Gilberto Carlos Maistro Junior  
Henrique Alves Pinto – Jaime Andrés Sosa Ojeda – Juan David Posada Segura  
Juscelino Carlos Boos – Lenice Kelner – Motauri Ciocchetti de Souza  
Paula Dalla Bernardina Folador Seixas Pinto  
Priscilla Milena Simonato de Migueli – Rodrigo Abreu Caribé de Araújo Pinho  
Thiago Alves Duarte Faerman Soares – Vitória Moinhos Coelho

## Revista Brasileira de Direitos Humanos

Publicação trimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: [editorial@editoramagister.com.br](mailto:editorial@editoramagister.com.br). Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

---

Revista Brasileira de Direitos Humanos

v. 1 (abr./jun. 2012)-.- Porto Alegre: Magister, 2012

Trimestral. Coordenação: Carolina Alves de Souza Lima, César Barros Leal e Wagner Balera.

v. 51 (out./dez. 2024)

ISSN 2238-8249

1. Direito Constitucional – Periódico. 2. Direitos Humanos – Periódico.

CDU 342(05)

CDU 342.7(05)

---

**Ficha catalográfica:** Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

**Editora Magister**

**Diretor:** Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20 Porto Alegre – RS – 91340-340

# Apresentação

Com grande satisfação, apresentamos a 51ª edição da *Revista Brasileira de Direitos Humanos*, publicada em formato físico e eletrônico pela Editora Magister, cujo enfoque é a produção científica de excelência, com o incentivo à discussão e à reflexão dos mais variados temas que envolvem os Direitos Humanos.

Os temas dos Direitos Humanos mostram-se a cada dia mais atuais e relevantes para as reflexões e o enfrentamento das demandas do século 21. Englobam estudos e pesquisas interdisciplinares que possibilitam o diálogo com a Filosofia, a Sociologia, a História, a Economia, as Ciências Políticas, a Antropologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Assistência Social, a Criminologia, a Vitimologia, as várias áreas do Direito, entre outros saberes que abrem espaço para o diálogo, a discussão e a reflexão sobre as demandas da pessoa humana ligadas às necessidades básicas relacionadas à liberdade, igualdade, solidariedade e respeito à dignidade da pessoa humana. Por isso, almejamos a contribuição de artigos de autores nacionais e estrangeiros de diversas áreas do conhecimento, nesse diálogo instigante e fundamental para promover a cultura e a educação em direitos humanos.

Abrindo a seção de *Doutrina*, iniciamos com o artigo dos autores colombianos, Professor Juan David Posada Segura e do advogado Jaime Andrés Sosa Ojeda. O artigo, intitulado “Barreras a los derechos humanos de las personas con discapacidad visual en prisiones colombianas”, descreve os obstáculos enfrentados por pessoas cegas e/ou com baixa visão no contexto da prisão na Colômbia.

Dando sequência à edição, seguimos com o artigo “Tutela coletiva, convenções da OIT, Agenda 2030 da ONU e a erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil” escrito por Carlos Henrique Bezerra Leite e Paula Dalla Bernardina Folador Seixas Pinto. O artigo aborda os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, a tutela coletiva e os meios de erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão, objetivando responder a seguinte pergunta: as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, o compromisso do governo com a Agenda 2030 da ONU e o microsistema da tutela coletiva são instrumentos eficazes para promover a erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil?

Seguimos com o artigo de Motauri Ciocchetti de Souza e Thiago Alves Duarte Faerman Soares, intitulado “Do universal ao específico: a especificação de direitos humanos como forma de tutela especial de grupos vulneráveis”. Os autores analisam a especificação dos direitos humanos, buscando compreender suas origens e seu fundamento, tendo em mente que os direitos humanos não são um dado, mas um construído histórico a partir de evoluções sociais.

No artigo “Políticas públicas e direitos humanos para pessoas em situação de rua”, Henrique Alves Pinto e Alisson Alves Pinto investigam como a siste-

mática de proteção internacional dos direitos humanos pode contribuir para a efetivação dos direitos humanos, sobretudo com a participação da sociedade civil, promovendo a transformação social e evitando a supressão de qualquer espécie de direito que impeça a emancipação individual das pessoas em situação de rua.

Lenice Kelner e Juscelino Carlos Boos tratam das “Políticas constitucionais de acesso à saúde: normas legais e decisões dos tribunais relativas à importação, ao cultivo e à produção de medicamentos à base de canabidiol”. A justificativa para a escolha desse tema é porque os pacientes que dependem da *Cannabis* para realização de tratamentos médico-terapêuticos precisam obter autorização para importação de remédios produzidos em países estrangeiros.

A edição segue com o artigo escrito por Gilberto Carlos Maistro Junior e Priscilla Milena Simonato de Migueli, cujo tema é “Trabalho e antidiscriminação”. Os autores analisam os impactos das condutas discriminatórias nas relações laborais e seus demais desdobramentos sociais, buscando identificar o papel do direito nesse cenário e a sua possível resposta antidiscriminatória.

Dando continuidade, a edição contempla o artigo escrito por Rodrigo Abreu Caribé de Araújo Pinho, intitulado “*Fake news*, pós-verdade e os limites da liberdade de expressão nas plataformas digitais: desafios contemporâneos na era da entropia informativa”. Entre outras questões, o artigo explora os impactos que as *fake news* causam na sociedade e na democracia, discute o fenômeno da desinformação e como os limites da liberdade de expressão são testados nas plataformas digitais.

Finalizando a seção *Doutrina*, temos o artigo “Educação como instrumento de emancipação do cidadão e de concretização dos objetivos do estado brasileiro”, de autoria de Eduardo Cambi, Diogo Ramos Cerbelera Neto e Vitória Moinhos Coelho, que se voltou à seguinte problemática: em que medida o processo educacional no Brasil, como instrumento político-jurídico emancipatório, é efetivo na construção da cidadania e na condução da gestão pública? A hipótese analisada foi a de que o povo, quando participa, amplia o controle da atividade administrativa e possibilita maior efetividade dos direitos sociais.

A edição apresenta, na seção de jurisprudência, a decisão do STF que trata da proibição de extradição em casos de imposição de prisão perpétua ou de morte ao extraditando.

Como coordenadores da Revista, esperamos que ela seja um periódico de excelência na área dos direitos humanos para todos os interessados em seus temas nas diversas áreas do conhecimento.

*Carolina Alves de Souza Lima*

*César Barros Leal*

*Wagner Balera*

# Sumário

## Doutrina

1. Barreras a los Derechos Humanos de las Personas con Discapacidad Visual en Prisiones Colombianas  
*Juan David Posada Segura e Jaime Andrés Sosa Ojeda* ..... 7
2. Tutela Coletiva, Convenções da OIT, Agenda 2030 da ONU e a Erradicação do Trabalho em Condições Análogas à Escravidão no Brasil  
*Carlos Henrique Bezerra Leite e Paula Dalla Bernardina Folador Seixas Pinto* ..... 26
3. Do Universal ao Específico: a Especificação de Direitos Humanos como Forma de Tutela Especial de Grupos Vulneráveis  
*Motauri Ciocchetti de Souza e Thiago Alves Duarte Faerman Soares* ..... 47
4. Políticas Públicas e Direitos Humanos para Pessoas em Situação de Rua  
*Henrique Alves Pinto e Alisson Alves Pinto*..... 72
5. Políticas Constitucionais de Acesso à Saúde: Normas Legais e Decisões dos Tribunais Relativas à Importação, ao Cultivo e à Produção de Medicamentos à Base de Canabidiol  
*Lenice Kelner e Juscelino Carlos Boos* ..... 92
6. Trabalho e Antidiscriminação  
*Gilberto Carlos Maistro Junior e Priscilla Milena Simonato de Migueli*..... 114
7. *Fake News*, Pós-Verdade e os Limites da Liberdade de Expressão nas Plataformas Digitais: Desafios Contemporâneos na Era da Entropia Informativa  
*Rodrigo Abreu Caribé de Araújo Pinho* ..... 139
8. Educação como Instrumento de Emancipação do Cidadão e de Concretização dos Objetivos do Estado Brasileiro  
*Eduardo Cambi, Diogo Ramos Cerbelera Neto e Vitória Moinhos Coelho* ..... 170

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Extradicação. Governo da China. Prática de Crime. Emissão de Faturas Especiais Falsas de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Proibição da Extradicação em Casos de Imposição de Penas de Prisão Perpétua ou de Morte. Vedação Constante do Art. 5º, XLVII, da CF/88, do Art. 7º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Art. 5.2 da Convenção Americana de Direitos Humanos e Art. 3.1, “I”, do Tratado de Extradicação Firmado entre o Brasil e a China. Precedentes. Possibilidade de Imposição de Prisão Perpétua ao Extraditando. Aplicação da Pena de Morte em Situação Semelhante. Indeferimento da Extradicação  
*Red. p/o Acórdão Min. Edson Fachin*..... 185

Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários ..... 203